



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação por escrito, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2179-8435

<http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2025.1.45260>

DOSSIÊ ENSINO MÉDIO: PERCORRENDO ITINERÁRIOS SOB TENSÃO

Ensino Médio Gaúcho: relações entre o público e o privado na educação do Rio Grande do Sul

Gaúcho high school: relationships between the public and the private in education in Rio Grande do Sul

Enseñanza Media en Rio Grande do Sul: la relación entre los sectores público y privado en la educación en el estado

Maria Raquel Caetano¹

orcid.org/0000-0001-6973-908X
caetanoraquel2013@gmail.com

Recebido em: 05 out. 2023.

Aprovado em: 27 out. 2025.

Publicado em: 19 dez. 2025.

Resumo: O artigo tem como objetivo identificar e categorizar as instituições que têm direcionado, executado e influenciado o conteúdo da política estadual chamada de Ensino Médio Gaúcho. Para analisar as relações entre o público e o privado que ocorrem com o advento da Lei n. 13.415/2017, na rede estadual do Rio Grande do Sul, elegeu-se três eixos: o currículo, a gestão e a formação de professores. A partir de uma abordagem qualitativa, os procedimentos adotados para a produção dos dados foram a pesquisa bibliográfica, documental e o mapeamento das ações realizadas pela SEDUC-RS (2019-2023), das instituições participantes e das pesquisas já realizadas na temática que compõe a proposta deste artigo. Nas considerações, indica-se um avançado processo de privatização no Ensino Médio Gaúcho.

Palavras-chave: Ensino Médio; público-privado; reformas.

Abstract: The article aims to identify and categorize the institutions that have directed, executed and influenced the content of the state policy called Gaucho Secondary Education. To analyze the relationships between public and private that occur with the advent of Law 13,415/2017, in the state network of Rio Grande do Sul, we chose three axes: the curriculum, management and teacher training. From a qualitative approach, the procedures adopted to produce the data were bibliographic and documentary research and mapping of the actions carried out by SEDUC-RS (2019-2023), the participating institutions and the research already carried out on the theme that makes up the proposal of this article. In the considerations, we indicate an advanced privatization process in Gaucho High School.

Keywords: High school; public-private; reforms.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar y categorizar las instituciones que han dirigido, ejecutado e influido en el contenido de la política estatal conocida como el sistema de educación secundaria de Rio Grande do Sul. Para analizar las relaciones público-privadas que se dan con la llegada de la Ley n.º 13.415/2017 en la red estatal de Rio Grande do Sul, se eligieron tres ejes: currículo, gestión y formación docente. Mediante un enfoque cualitativo, los procedimientos adoptados para la producción de datos fueron la investigación bibliográfica y documental, y el mapeo de las acciones realizadas por la SEDUC-RS (2019-2023), las instituciones participantes y la investigación ya realizada sobre el tema que compone la propuesta de este artículo. En las conclusiones, se indica un proceso avanzado de privatización en el sistema de educación secundaria de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Educación secundaria; público-privada; reformas.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL Pelotas, Rio Grande do Sul, RS).

Introdução

As reformas em curso no país e no estado do Rio Grande do Sul (RS) estão sob o interesse de grandes grupos empresariais privados, que objetivam direcionar e executar a direção das políticas educacionais através dos sujeitos envolvidos, assim como influenciar o conteúdo da proposta de educação com formas pouco democráticas, sem a ampla participação das entidades, dos professores, dos alunos e da comunidade escolar. Os ditos problemas educacionais têm sido considerados, por esses grupos, como resultado da má gestão e do desperdício do Estado, além da falta de produtividade, qualidade e esforço por parte do corpo docente que ainda utiliza métodos, currículos e formas antiquadas de educar. Justifica-se, com isso, a adoção dos conceitos empresariais de produtividade, eficiência, eficácia e competitividade para solucionar os problemas enfrentados pela educação.

As mudanças que vêm ocorrendo na educação estão imbricadas em um movimento maior, cuja totalidade e historicidade precisam ser entendidas a partir das sucessivas crises do capital neste período histórico, político e social cujas especificidades são diferentes de dez ou vinte anos atrás. Na fase atual do neoliberalismo, as novas formas de atuação do Estado vêm se modificando sem perder sua essência: ser um projeto político de classe que objetiva manter e ampliar a expansão e a criação de mercados (Abdala, 2022). Essas novas formas de atuação pretendem construir uma sociedade de mercado do século XXI. Para isso, o capital necessita se adaptar para a sua reconstituição e a sua consolidação como projeto hegemônico, pois, ao gerar uma série de crises econômicas, precisa se reformular, então, o ponto de referência, que são as leis do mercado.

Nesse panorama, o neoliberalismo se apresenta como uma estratégia de superação das sucessivas crises do sistema do capital, como uma dinâmica atualizada do desenvolvimento capitalista com diferentes facetas, que incorpora novas referências sem modificar seu conteúdo central, reinventando-se sempre. Puello-Socarrás

(2008a) alerta que o neoliberalismo não é apenas um programa de políticas. Seu conteúdo representa apenas uma das diversas tradições históricas do projeto neoliberal, considerado como uma etapa do capitalismo na qual se pode observar "a mais pronunciada exacerbação das lógicas e contradições inerentes à reprodução e acumulação incessante do capital" (Puello-Socarrás, 2008a, p. 14).

Neste artigo, objetiva-se fazer uma análise das relações entre o público e o privado que ocorrem com a instituição da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) na rede estadual do Rio Grande do Sul. Para tal, buscou-se identificar e categorizar as instituições que têm direcionado, executado e influenciado o conteúdo da política estadual chamada de Ensino Médio Gaúcho. Para isso, elege-se três eixos, que nortearão os subcapítulos desta pesquisa: o currículo, a gestão e a formação de professores. A partir de uma abordagem qualitativa, adotou-se, como procedimentos para a produção dos dados, a pesquisa bibliográfica e documental, bem como o mapeamento das ações realizadas pela SEDUC-RS (2019-2023), das instituições participantes e das pesquisas já realizadas sobre a temática, em especial Abdala e Puello-Socarrás (2019), Ball (2014) e Peroni (2015, 2021).

Contextualizando as reformas do Estado

No contexto atual, o neoliberalismo busca sintetizar modos de organização social considerados opostos e irreconciliáveis (Estado e mercado), em uma narrativa compatível e convergente, de onde podem derivar políticas de ajuste estrutural favoráveis ao mercado (Puello-Socarrás, 2008b). Esses traços característicos do estado neoliberal contemporâneo pretendem dar continuidade à construção estratégica de uma sociedade de mercado que busca desvincular o público do Estado.

No Brasil, as reformas na administração pública mais profundas tiveram início nos anos 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com o Plano Diretor da Reforma do Estado, que tinha como objetivo desburocratizar

o Estado. Nesse período, já se indicava o público não estatal. A estratégia para descentralizar serviços públicos foi a criação de novos tipos de organizações que receberam nomes variados, dependendo da finalidade a que se destinam: agência autônoma, organização social, agência executiva, fundação de serviços públicos, agência pública. Para Pereira (1997), o público não estatal está além da propriedade privada e da propriedade estatal existentes no capitalismo. O molde comum a todas essas designações é o de uma organização não estatal nem privada, sem fins lucrativos, cuja finalidade é executar serviços de interesse público, de natureza concorrencial, com financiamento público e métodos de funcionamento do setor privado (Morales, 1998).

Dessa forma, ao longo dos anos, recriou-se um espaço público *não estatal*, que é um espaço e ambiente para a proliferação do empreendedorismo e seus desdobramentos. Essa forma de conceber o *público não estatal* traz implicações nas mais diversas esferas da vida em sociedade, desde a esfera dos direitos do cidadão até a prestação de serviços sociais (Puello-Socarrás, 2008a). No caso da educação, ela é oferecida à população, mas não necessariamente quem a executa é o Estado, o que permite que outras instituições, como as do terceiro setor — OSs, institutos, fundações e associações —, ofereçam esse serviço por meio de terceirização, parcerias, contratos, *vouchers* ou outras variações. Além disso, o Estado terceiriza a política, sua execução e o conteúdo da proposta educacional ao adquirir todo tipo de produto vinculado a essas instituições.

O enfoque de Estado empreendedor e/ou Estado empresarial se constitui como uma reordenação das transformações do neoliberalismo a partir do *novo* papel do Estado, agora como facilitador de negócios na criação de espaços públicos não estatais, com a regressão de políticas sociais e o avanço de medidas que se direcionam a uma suposta liberdade econômica (Abdala; Puello-Socarrás, 2019). Nesse contexto, a administração pública, fruto das reformas gerenciais e do gerencialismo (Newman; Clarke,

2008), é compreendida como

[...] simples gestora da rede de contratos promovidos pelos governos em função da iniciativa privada e dos mercados nos quais busca garantir eficiência e eficácia, quer dizer, situações de lucro em particular e de acumulação de capital em geral (Abdala; Puello-Socarrás, 2019, p. 24).

A continuidade e o aprofundamento das reformas trazem transformações para o indivíduo, que deixa de ser visto como cidadão e passa a ser compreendido como cliente — e, mais recentemente, como um usuário, que deve ser satisfeito em suas necessidades, não pelo Estado, mas por meio de mecanismos de mercado. O que caracteriza essa fase do neoliberalismo não é seu caráter mínimo, seu encolhimento; pelo contrário, é o intervencionismo governamental que produz uma nova ordem (Laval; Dardot, 2017). O Estado passa a ser empreendedor para um mercado cada vez mais agressivo sobre o que é público, além disso, cria-se uma nova cultura na sociedade.

Na educação, as reformas ocorridas nos últimos anos têm se baseado na lógica mercantil, porque é funcional às políticas educacionais do capitalismo atualizado do século XXI, aos discursos pedagógicos e aos promovidos por organizações como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc. No Brasil, pode-se citar a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que buscaram alterar não só a legislação, mas toda a estrutura da educação básica a partir de 2017, como o currículo, a gestão, a formação de professores, os livros didáticos, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os materiais pedagógicos e as plataformas virtuais.

Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados, pois oportuniza novos negócios para o setor privado, de modo que as reformas educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. Peroni e Caetano (2021, p. 3), a partir de Ball (2014), advertem que:

As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos privilegiando soluções privadas, baseados na suposição de que o Estado não é capaz de resolver os problemas atuais.

As políticas educacionais incorporaram novos sujeitos e novas organizações. Há um novo tipo de política sendo construída, que inclui *think tanks* (pesquisadores e consultores individuais ou coletivos que trabalham em empresas de prestação de serviços educacionais), grupos de interesses econômicos (entidades empresariais, associações religiosas etc.), empresas nacionais e internacionais de venda de pacotes prontos de educação, entre outros. Os discursos deles ganham adesão por jogarem com a crença social de que o conhecimento é moeda do presente e do futuro de qualquer sociedade qualificada e competitiva (Ball, 2014). Ou seja, a própria política é comprada e vendida, isto é, é transformada em mercadoria.

Como característica do Estado empreendedor, a privatização do setor público não é feita "retirando os serviços do controle do setor público, mas sim por meio da venda de 'soluções' políticas e vias de colaboração de vários tipos com o setor público" (Ball, 2014, p. 162). Os representantes do setor privado têm operado cada vez mais dentro do próprio governo, participando e disputando a formulação e o desenvolvimento das políticas

educacionais, bem como atuando *in loco*, por meio da doação, da execução, do apoio e/ou da venda de todo tipo de produto, como consultorias, assessorias, plataformas digitais ou o que se chama de apoio técnico.

Todos esses elementos contribuem para o conceito utilizado neste artigo de que a privatização não significa a venda da educação e da escola pública para o capital privado, mas sim uma ampla e complexa diversidade de tendências concretizadas através de parcerias, terceirização, doação, atuação de organizações sociais, entre outros (Lima, 2013), de modo a aderir às imposições da lógica do mercado em crescente mudança. Rikowski (2017, p. 398) também contribui nesse sentido, e, para esse autor, na privatização na educação a propriedade permanece pública, mas envolve "a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas". É nesse contexto que as fronteiras entre o público e o privado estão cada vez mais tênues.

Nas pesquisas realizadas por Peroni, Mendes e Caetano (2021), a autora apresenta diferentes formas pelas quais as instituições privadas influenciam o setor público na educação: na execução, na direção e na execução das políticas educacionais, bem como no conteúdo das propostas que alteram o projeto de educação pública. O quadro a seguir explora as categorias, descreve-as e apresenta alguns exemplos.

QUADRO 1 – Categorias da privatização da educação

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	ALGUNS EXEMPLOS
DIREÇÃO	Influências na concepção/construção da política através de influências na agenda educacional.	Movimento Todos pela Educação, Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, Sistema S, CNI, Fundação Lemann
EXECUÇÃO	Executam a política através de consultorias, projetos e ações, venda de todo tipo de produtos. Podem criar redes dentro de redes (Ball, 2014).	Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura. Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Associação Bem comum, Instituto longo, Fundação Vivo.
DIREÇÃO E EXECUÇÃO	A influência ocorre ao mesmo tempo na direção e execução, quando instituições privadas executam sua proposta por meio da formação docente, do currículo e da avaliação do monitoramento, permitindo um controle da implementação de seu produto.	Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, SEBRAE.

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	ALGUNS EXEMPLOS
CONTEÚDO	A influência ocorre no conteúdo dos projetos e programas desenvolvidos pelas instituições que interferem no processo pedagógico e na organização da escola pública. Nesse caso, definem a produção e apropriação do conhecimento.	Gestão para Resultados: Instituto Unibanco, ICE; Empreendedorismo: SEBRAE; Competências socioemocionais: Instituto Ayrton Senna.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Peroni (2015) e Peroni, Mendes e Caetano (2021).

Educação no RS e o Ensino Médio Gaúcho

O Novo Ensino Médio (NEM) se traduz em uma mudança na estrutura pedagógica e curricular da educação brasileira e nas escolas. Como apresentado anteriormente, as atuais reformas nascem de uma articulação do grande empresariado nacional, que busca dar a direção da política e, ao mesmo tempo, executá-la no contexto da sua implementação (Peroni, 2021). A legislação aprovada, Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), permite a oferta do Ensino Médio (EM) por meio de parcerias com o setor privado, especialmente no itinerário do ensino técnico. Além disso, ao oferecer a Educação a Distância (EAD), abre caminhos para a terceirização, as parcerias público-privadas e a utilização de recursos públicos no financiamento da oferta privada de educação e de empresas que prestam diversos serviços educacionais¹.

No RS, o governador Eduardo Leite (PSDB, 2018-2021), em seu programa de governo, já apresentava indicativos do que os governos ligados ao PSDB chamam de "choque de gestão", com propostas como reduzir custos operacionais e administrativos, conter o crescimento vegetativo das despesas correntes, substituir a lógica patrimonial pela prestação de serviços, fortalecer e alinhar a meritocracia como estímulo à progressão nas carreiras públicas e atuar em redes e parcerias com atores estatais, sociais e da iniciativa privada — ou seja, tornar-se um estado que estimula o empreendedorismo e a competitividade (Leite, 2018-2021). Em seu pri-

meiro governo, Leite propôs a reestruturação do estado, em especial da gestão pública, firmando parceria com a Comunitas, que coordenou o processo de reestruturação do Estado.

O principal programa da Comunitas é o Juntos, uma grande aliança de líderes empresariais que investe recursos financeiros nos projetos, na experiência e nas competências técnicas, assumindo o compromisso e a responsabilidade do setor privado como colaborador do desenvolvimento social e econômico do Brasil, segundo o site. A motivação do Juntos é estimular parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos (Peroni; Caetano, 2020, p. 9).

Além disso, na área da educação, o governador anunciava que faria parcerias voltadas à formação continuada, à atualização de conhecimentos e ao aperfeiçoamento dos saberes, bem como à troca de experiências em gestão, inovação e parcerias estratégicas no modelo de parcerias público-privadas (PPP). Também previa convênios com universidades, institutos, Sistema S e NTES, como forma de promover a formação continuada dos professores e a melhoria da educação. Nesse contexto anunciado, em 2019, foi instituída a Lei n. 15.410 (Rio Grande do Sul, 2019), que criou a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Rio Grande do Sul.

O texto da nova legislação, aprovado pela Assembleia Legislativa, teve a colaboração da área de Políticas Públicas do Sebrae-RS. Ao as-

¹ No Rio Grande do Sul, foram mapeadas as instituições privadas que têm influenciado e que vêm executando diretamente a proposta do EM na rede estadual, especialmente no período da pandemia de covid-19. No limite deste artigo, não serão apresentadas todas, por isso, optou-se por aquelas que mais se aproximam do objetivo da pesquisa.

sumir seu segundo mandato, com forte apoio das entidades empresariais — e da mídia —, como a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), a Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Eduardo Leite (2023-2026) ressaltou, em seu discurso de posse:

Iremos melhorar a qualidade da educação e do aprendizado no Rio Grande do Sul. Arrumamos as contas, estamos arrumando o governo e vamos arrumar a escola. É a partir da educação que nivelaremos as oportunidades e propiciaremos o mesmo ponto de partida para que nossos jovens estejam preparados para os desafios econômicos e humanos no novo milênio (Educação [...], 2023).

Na área da educação, um dos eixos estratégicos do plano do governo estadual é o desenvolvimento do capital humano para reduzir desigualdades e preparar a força de trabalho para a nova economia. Frigotto (1984), ao fazer a crítica da Teoria do Capital Humano, afirma que a escola passa a ter certa produtividade para o capital ao ser improdutivo. Para a classe trabalhadora, ela gera formas de reprodução do capital e mão de obra barata, justificada pela escolarização deficitária para os parâmetros exigidos pelo capital. Portanto, a escola pública precisa ser improdutivo para ser produtiva aos setores ligados ao capital.

O governo do RS apresenta características de um governo empreendedor, ou seja, que prioriza o mercado em detrimento das políticas sociais. O incentivo ao setor privado e empresarial está em crescimento, incluindo investimentos por parte do Estado na educação. No início do segundo governo, Eduardo Leite criou a Secretaria de Parcerias e Concessões, com o *slogan* "O Futuro nos une": um estado aberto à inovação, que, na sua estrutura, criou um departamento de parcerias em

educação e saúde. Imediatamente, a educação passa a fazer parte do projeto de parcerias, ou PPP, através da infraestrutura das escolas, cujo objetivo seria qualificar a infraestrutura e gestão operacional de escolas estaduais². Seria possível, então, discutir sobre o conceito de parcerias para o RS. Nesse sentido, questiona-se: as parcerias são só na infraestrutura? E quanto ao currículo, à gestão e à formação de professores? A entrada de instituições privadas definindo e executando projetos não ocorreria por meio de parcerias?

Ademais, a entrada do setor privado na educação pública não é novidade no RS. Várias pesquisas já foram realizadas pelo Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)³ com o objetivo de analisar a relação entre o público e o privado na educação gaúcha, que ocorre de diversas formas. Pesquisas realizadas pelo GPRPPE já demonstravam a relação entre o público e privado desde o governo Yeda Crussius, com o Projeto Piloto de Alfabetização e formas de gestão que introduziram os grupos privados (ONGs, Institutos e Fundações) na educação estadual. Na atual gestão do RS, a Secretaria de Educação do Estado é ocupada por Raquel Teixeira (2021-até o momento), ex-secretária de Goiás, ligada ao PSDB, integrante licenciada do Todos pela Educação e do Conselho Consultivo do EduLab21, do Instituto Ayrton Senna, apoiada por grupos empresariais ligados à reforma educacional brasileira.

Uma das primeiras ações do primeiro governo Leite na área da educação foi a parceria realizada com a Aliança para Liderança de Impacto, coordenada pela Fundação Lemann e composta pela Fundação Brava, pelo Instituto Humanize e pelo Instituto República. A ação prevista foi a seleção de cargos estratégicos e diretorias regionais da Secretaria Estadual da Educação, ou seja, a escolha e a qualificação dos gestores respon-

² O parceiro privado ficará encarregado de requalificar a infraestrutura das escolas e prestar serviços de apoio que não interferem nas atividades pedagógicas, tais como: conservação e manutenção predial, conectividade, zeladoria, higiene e limpeza, segurança e vigilância, jardinagem e controle de pragas, fornecimento de utilidades, gestão de resíduos sólidos e fornecimento de mobiliário e equipamentos. Não há previsão de qualquer intervenção pedagógica nas instituições de ensino. Ver: Rio Grande do Sul (c2023b).

³ Esse coletivo estuda o tema público-privado desde 2001 e, ao longo da sua existência, desenvolveu pesquisas integrando um grupo nacional junto a outros grupos do Brasil que se dedicam à temática e a grupos latino-americanos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

sáveis pela articulação do processo educativo nas regiões — algo inédito no RS. A Fundação Lemann representou a “Aliança para liderança de impacto”, cujo objetivo é “contribuir para que pessoas altamente capacitadas ocupem cargos de liderança no governo e no terceiro setor, para resolver os principais problemas sociais do país, garantindo os princípios da sustentabilidade” (Fundação Lemann, 2019).

É nesse contexto que o Ensino Médio Gaúcho começa a ser implementado no RS. Não nos deteremos nos processos iniciais, mas sim na abordagem referente às instituições privadas que participam desse processo. Verifica-se que a Secretaria de Educação do Estado deixa de ser o órgão responsável pela formulação, execução e acompanhamento da política educacional do Estado e passa essas responsabilidades para instituições consideradas do terceiro setor ou para braços sociais de instituições empresariais, que assumem o projeto educacional estadual, em especial na gestão, no currículo e na formação de professores.

Ensino Médio Gaúcho e currículo

No contexto das mudanças trazidas pelo NEM, compreende-se, assim como Apple (2006), que o currículo não é somente um documento impresso das instituições de ensino, mas sim um documento que reflete todo um complexo de relações sociais de um determinado momento histórico. Portanto, o currículo se constrói a partir das escolas, das suas relações com a comunidade e da cultura local. Ele não deve ser um documento prescritivo ou pensado de fora para dentro da escola. Essa crítica à Reforma do EM não pode ser considerada menor; trata-se de um dos eixos principais das alterações, trazidas por um conjunto de sujeitos que não vivem o dia a dia escolar e que impactam os princípios condutores da gestão democrática, como a autonomia, a democratização do ensino e, especialmente, a participação.

Apesar das críticas ao NEM, a nova organização curricular do Rio Grande do Sul, para atendimento à Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) e às Resoluções

CEEEd n. 364 (Rio Grande do Sul, 2021a) e n. 365 (Rio Grande do Sul, 2021b), ficou composta pela Formação Geral Básica (FGB), pelos Itinerários Formativos, pelas Trilhas de Aprofundamento e pelas Unidades Curriculares. A matriz curricular prevê 1.800 horas de FGB, de modo a compreender quinze componentes curriculares obrigatórios das quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesse sentido, optou-se por organizar os Itinerários Formativos em dez temáticas: Cidadania e Gênero, Educação Financeira, Empreendedorismo, Expressão Corporal, Expressão Cultural, Profissões, Relações Interpessoais, Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia. Entretanto, isso foi feito sem diálogo com os educadores e com a comunidade escolar. Esses temas deverão ser aprofundados em um itinerário constituído de duas das cinco áreas do conhecimento citadas na lei federal.

Foram, ainda, estabelecidos quatro eixos norteadores na nova organização curricular do RS: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. Os itinerários devem passar, necessariamente, por um eixo norteador ou, preferencialmente, por todos. Além disso, são apresentadas vinte e quatro trilhas de Aprofundamento Curricular e Unidades Curriculares Eletivas, bem como mais quatro cursos — Informática, Administração, Eletrotécnica e Agropecuária —, os quais integram a proposta de oferta do Itinerário de Educação Profissional e Técnica (Rio Grande do Sul, 2023a).

Assim, considera-se que o Novo Ensino Médio Gaúcho (NEMG), ao flexibilizar o currículo, fragmenta e estratifica o Ensino Médio por dividi-lo em formação básica comum e itinerários formativos. A falta de diálogo com instituições escolares, acadêmicas e sindicatos, bem como a pouca informação e a inexistência de um planejamento coletivo marcam o período de implementação dessa reforma. Não por acaso, observa-se um aumento do interesse do empresariado nas questões educacionais, como afirma Ball (2014).

Para implementar o Referencial Curricular Gaúcho, foi elaborado um material didático através de Cadernos dos Itinerários Formativos que contêm ementas de cada trilha. O material é dividido em componentes obrigatórios: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Formação Técnica e Profissional. A elaboração desse material é assinada pelo Instituto Iungo, pela Fundação Itaú Cultural e pela Fundação Itaú Educação e Trabalho.

Em relação às trilhas formativas do NEMG, o desenho técnico foi organizado pelo Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE). Além disso, são apresentados os programas: Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral, Educação Antirracista, Convivência e Tecnologias e Informação. Esse material conta com a parceria de diferentes instituições. Nas trilhas Projeto de Vida e Escolha da Escola, participa o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Já na trilha Convivência — que corresponde às competências socioemocionais — atuam o Instituto Singularidades e a instituição Vivescer, braço operacional do Instituto Península. Na trilha Tecnologia e Inovação, os parceiros são Escolas Conectadas, Fundação Vivo e La Caixa. Ademais, foi enfatizado, na Jornada Pedagógica de abertura do ano letivo, pela secretária estadual de educação, Raquel Teixeira, que a oferta da Formação Técnica Profissional implicaria parcerias privadas ou públicas (TV Seduc RS, 2022).

Outro material, voltado aos estudantes, que tem o objetivo de auxiliar os alunos a escolherem as trilhas que vão cursar é o Guia do Estudante, no qual consta que "essas Trilhas serão a base para atingir teus objetivos na vida profissional e como escolha de vida, trabalhadas de maneira que possam desenvolver teu protagonismo" (Rio Grande do Sul, 2023). O protagonismo entra em cena quando as escolhas individuais e de vida criam, na prática, uma nova forma de educar. Diferentemente dos demais materiais, o guia traz os parceiros na última página: Fundação Itaú para Educação e Cultura – Itaú Educação e Trabalho e Instituto Iungo (Rio Grande do Sul, 2023).

Ainda no campo do currículo, a Seduc/RS

lançou um projeto intitulado *Tutoria Pedagógica* como ferramenta de acompanhamento das aprendizagens. A parceria para essa formação é com o Centro de Práticas e Resultados Educacionais (CENPRE), que é caracterizado como instituição privada sem fins lucrativos. O programa *Avaliar é Tri RS* constitui-se em avaliações em larga escala que verificam os conhecimentos de português e matemática dos estudantes. Em 2022, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), da Universidade Federal de Juiz de Fora, e a plataforma Foco Escola realizaram a gestão do processo. Em relação ao currículo, deveria ser pensado por professores e pela comunidade escolar em um processo amplo de participação, mas é reduzido às propostas apresentadas pelas instituições "parceiras", que destituem a escola e a comunidade de pensar o currículo coletivamente.

Uma reforma curricular tem relação com a política de desenvolvimento do país e estado e, dessa forma, expressa coerência com seu projeto. No RS, vivencia-se um projeto de avanço e aprofundamento da privatização da educação pública, como já demonstrado pelas pesquisas realizadas. O currículo sempre esteve na centralidade das arenas políticas e, recentemente, foi aprofundado pela BNCC e pela Lei n. 13.415 (Brasil, 2017).

É importante destacar que, com as alterações curriculares na matriz do Ensino Médio, alguns componentes tiveram suas cargas horárias diminuídas e outros foram incluídos. Nesse sentido, a privatização do currículo leva em conta o que e como algo deve ser ensinado na escola, de modo a incidir sobre o desenho curricular das escolas públicas (Adrião, 2022). Como categoria analisada, observa-se que as instituições têm operado no currículo gaúcho, especialmente na execução da proposta curricular junto às escolas estaduais, estando, ao mesmo tempo, ligadas aos movimentos que direcionaram a política curricular no Brasil.

O Ensino Médio Gaúcho e a formação de professores

Em pesquisas já realizadas por Lacerda (2023), nas quais ouviu-se os docentes sobre o NEMG na escola, constatou-se que vários professores foram designados a ministrarem os “novos” componentes curriculares obrigatórios, de acordo com a disponibilidade de cada um na escola, devido à redução das cargas horárias das disciplinas. Isso levou os professores a serem redistribuídos em disciplinas referentes ao Aprofundamento Curricular.

Entretanto, na prática, Lacerda (2023), em entrevista com os docentes em 2022, verificou que os professores não receberam formação específica para ministrarem tais conteúdos e nem material didático para garantir a qualidade desejada. Além disso, não havia condições de promover a interdisciplinaridade e a contextualização desses conteúdos, visto que a integração curricular é inviável nas condições atuais, em que a maioria dos professores trabalha em mais de uma escola e não tem carga horária para realizar atividades em conjunto com outros docentes. No período em que o mundo passou por uma pandemia, a Seduc/RS iniciou um conjunto de formações com as mais diferentes instituições, ligadas ou não com a educação pública. Isso pode ser constatado em vídeos no canal do *YouTube* da TV Seduc, no qual foram divulgadas essas formações (TV Seduc RS, 2022).

Nas formações de professores, especialmente durante a pandemia, um conjunto de instituições empresariais foi o executor das formações, entre elas: Sistema S, com especial participação do Sebrae e Senai; Fundação Lemann; Instituto Lungo; entre outros. Já no canal atual da Seduc/RS (2023), as formações estão divididas em Formação de Gestores Escolares (49 vídeos), Ensino Médio Gaúcho (24 vídeos) e Jornada Pedagógica 2023 (18 vídeos). Para tal, entre os chamados “parceiros”, circulam o Instituto Lungo, o Itaú Educação e Trabalho, a Fundação Itaú para Educação e Cultura, o ICE e o Singularidades. É importante ressaltar que, na formação de gestores, aparece, ineditamente, uma universidade pública, a Universidade Estadual do RS (UERGS). Todas as formações são *online*, através de plataformas.

Essa lógica das formações, com instituições mercadológicas, conforme Brailovsky (2019, p. 4), “torna aceitável a ideia de que a tarefa docente deve ser constantemente renovada, não para melhorar, mas para sobreviver, parecer atraente, para constituir-se competitiva” em um cenário de alterações profundas na estrutura educacional brasileira.

Cabe destacar que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, ao flexibilizarem o currículo, visam promover os conceitos de empreendedorismo, tecnologia e inovação, dessa forma, o mercado procura constantemente disfarçar o velho de novo para vendê-lo novamente. Esse mercado, que se criou em torno da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, possibilitou o surgimento de novos sujeitos: os empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014), que se caracterizam por capacidade intelectual, conhecimento de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas (Ball, 2014). Tudo isso é organizado rapidamente para enfrentar os desafios impostos pelo velho disfarçado de novo.

O Ensino Médio Gaúcho e a gestão

A reestruturação da gestão da educação e da escola integram o projeto de educação do atual governo. Para isso, esforços vêm sendo realizados para privatizar a gestão e seu conteúdo, de modo a aproximar-se cada vez mais das instituições de mercado. São várias as instituições que executam as formações e consultorias na área da gestão educacional e escolar. Como categoria de análise, propõe-se a direção e execução das propostas educacionais. No caso da gestão escolar, entende-se que as instituições não só direcionam — como é o caso da Fundação Lemann —, mas também executam os projetos e ações, propondo alterações no conteúdo de gestão e aproximando cada vez mais a escola a uma empresa (Laval, 2004). Essas instituições criam o que Ball (2014) denomina de “redes dentro de redes”.

Já foi apresentada a parceria com a Fundação Lemann para a escolha de coordenadores de educação. Em 2023, para a formação dos gesto-

res escolares, as instituições que forneceram os cursos foram: o ICE, junto com o Instituto Sonho Grande, o Instituto Viven⁴ e o Instituto Qualidade de Ensino (IQE). Observa-se que o foco da gestão escolar passa sempre pelas formações de todo tipo. O foco das formações passa a ser a gestão por resultados, a meritocracia, o gestor líder, um inovador, um empreendedor, enfim, englobando todo o jargão gerencial.

Conhecido na educação estadual gaúcha, o Instituto Unibanco, a partir de sua principal tecnologia social, o Programa Jovem de Futuro, atuou no RS entre 2008 e 2014, em 46 escolas estaduais em um projeto-piloto (Peroni; Caetano, 2015, 2016). Em pesquisa realizada por Carvalho (2020) sobre a prática do programa Jovem de Futuro em escola estadual do RS, concluiu-se que ele está pautado no gerencialismo e, assim, as práticas gerenciais incorporam a lógica do privado, de modo a ressignificar o conteúdo da educação pública, ao mesmo tempo em que houve um aporte financeiro considerável do programa para uma escola carente.

Em 2023, a Seduc/RS anunciou em um evento midiático a volta do programa. Em matéria que circulou no jornal ZH com o título "Parceria focada na gestão educacional promete alavancar indicadores do RS até 2030", prevê-se um investimento de oito anos na gestão educacional da rede estadual, a fim de alavancar a qualidade do ensino e os indicadores da área. O programa Jovem de Futuro terá início em 20 regionais a partir de 2024 e em outras 10 em 2027. Pesquisas realizadas por Peroni e Caetano (2015, 2016) e Caetano (2016) têm demonstrado que o programa Jovem de Futuro tem uma concepção de gestão que se caracteriza por um rígido controle, busca de resultados e eficiência gerencial. O controle não se dá só na gestão, mas também no ensino e aprendizagem, utilizando, para isso, processos e ferramentas padronizados, desconsiderando a autonomia da escola e sua realidade.

O Jovem de Futuro prevê pactuação das metas

para um determinado período, executa, monitora e avalia os resultados. A lógica é "criar uma mudança de cultura nas instituições de ensino, internalizada aos poucos, até que não haja mais necessidade de acompanhamento do Instituto Unibanco", diz Ricardo Henriques, superintendente do IU (Sander, 2023). No Brasil, tem sido um *continuum* a transferência de tecnologias educacionais, sejam programas, projetos, ações, plataformas ou metodologias desenvolvidas pela esfera privada para as escolas públicas. O IU, através do Programa Jovem de Futuro e de suas metodologias, propõe alterar o conteúdo de gestão e, com isso, a própria gestão das escolas estaduais.

O Circuito de Gestão (CdG) é uma metodologia que une reflexão, ação e troca de experiências e é inspirado no ciclo PDCA, acrônimo em inglês para planejar, fazer, checar e agir (*Plan, Do, Check and Act*), inspirado na administração de empresas. Além disso, o Instituto Unibanco passou a investir mais fortemente em Gestão Pedagógica por entender que ela contribui para a aprendizagem e para a permanência do estudante na escola. O foco são os coordenadores pedagógicos, cuja principal função, para o IU, é planejar, implementar, monitorar e ajustar o plano pedagógico da escola — ou seja, o mesmo PDCA do circuito de gestão.

Ao longo das pesquisas, foram mapeadas as instituições nacionais e internacionais ligadas ao grande conglomerado empresarial brasileiro, relacionadas ao grande capital e aos seus braços de responsabilidade social. Com o advento da BNCC e a promulgação da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), houve um aprofundamento das relações entre o público e o privado na educação estadual do RS, especialmente quando o privado participa da direção, da execução e do conteúdo da proposta educacional. Dito isso, ressalta-se que as reformas educacionais são funcionais ao mercado e que um Estado com características empreendedoras facilita os negócios, cria espa-

⁴ Instituto Viven, em parceria com a High Resolves, com atuação internacional em outros países como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá. Atua com a Teoria da Mudança (neurociências, teoria dos jogos e economia comportamental) com base na mudança da cultura escolar.

ços públicos não estatais, promove a regressão de políticas sociais e o avanço de medidas que facilitam o mercado.

Brailovsky (2019) ajuda a pensar que as reformas se transformam em mercado com uma série de métodos, produtos, manuais, vídeos e plataformas com a promessa de melhorar as práticas através de técnicas ligadas ao conhecimento do cérebro, inteligência emocional ou classificação dos alunos com base nos seus talentos. Faz parte do *modus operandi* das instituições o *marketing*, a publicidade e a espetacularização da educação.

No Ensino Médio Gaúcho, categorizaram-se as instituições em três grupos: aquelas que dirigem o processo da reforma, as que executam os programas e ações e as que participam da execução e direção ao mesmo tempo. Todas as instituições têm ligações em comum com o Todos pela Educação, Movimento pela Base ou Fundação Lemann, o que chamamos de "direção das políticas", pois influenciam na concepção/construção da política através de influências na agenda educacional, conforme estudo de Tarlau e Moller (2020). As fundações e institutos que atuam na formação de professores, gestores e estudantes participam da execução da política por meio de consultorias, formações, material didático, plataformas de gestão e de formação, entre outros recursos. Nessa categoria, para este artigo, indicam-se: Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Associação Bem comum, Instituto longo, Fundação Vivo. Nesse grupo, há aqueles que direcionam e executam, como, por exemplo: Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, SEBRAE.

Na categoria conteúdo da proposta, a influência ocorre no conteúdo dos projetos e programas desenvolvidos pelas instituições e interfere no processo pedagógico e na organização da escola pública, definindo a produção e a apropriação do conhecimento. Exemplifica-se isso com as temáticas ligadas ao empreendedorismo, às competências socioemocionais e derivados, à gestão por resultados e à inovação. As seguintes instituições são exemplos ligados a essa

discussão: Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, SEBRAE. Como as fronteiras das categorias elencadas são tênues, algumas instituições podem estar em mais de uma categoria, de modo a atuar em diferentes frentes, como é o caso da Fundação Lemann, do Instituto Unibanco e do Instituto Ayrton Senna.

O Estado compartilha cada vez mais o governo com outros sujeitos sociais. Processos de tomada de decisão e sistemas de implementação de políticas, que costumavam ser executados principalmente pelo Estado, são cada vez mais dispersos em redes complexas de organizações não governamentais, instituições e agências ligadas ao setor privado mercantil. Embora as fronteiras entre o Estado, o mercado e a sociedade civil sempre tenham sido confusas, essas relações assumiram uma nova intensidade nos últimos trinta anos (Ball; Junemann, 2012).

Considerações finais

O acompanhamento da implementação do Ensino Médio Gaúcho a partir da Reforma do Ensino Médio mostrou como a Seduc/RS e seus técnicos "abriram mão" do seu papel para compor e, ao mesmo tempo, mostrar o protagonismo do setor privado na educação gaúcha. Ao identificar as instituições que atuam na educação gaúcha, após o mapeamento realizado, buscou-se analisar como e quais instituições participam nos eixos do currículo, da gestão e da formação de professores.

O Estado se torna um importante criador de mercados ao oportunizar novos negócios para o setor privado, por isso, as reformas educacionais passam a ter relevância nesse mercado. A Seduc/RS contribui para a ideia já difundida na sociedade de que os problemas públicos devem ser resolvidos com soluções privadas, baseando-se na suposição de que o Estado não é capaz de resolver os problemas atuais. Isso implica na privatização da educação via direção e execução das políticas, bem como introduz novos conteúdos que definem a produção e a apropriação do conhecimento e a organização pedagógica da escola, modificando o projeto de

educação pública.

Os desdobramentos da implementação do Ensino Médio Gaúcho demonstram que a educação vem sendo privatizada de todas as formas, por meio da atuação de parceiros que interferem na proposta educativa dos jovens, aliados aos interesses do empresariado. O foco nas formações de professores, gestores e estudantes desloca as reflexões educacionais mais amplas para abordar temas relacionados à inovação, ao empreendedorismo, às tecnologias e à cultura *maker*, como se professores e gestores estivessem desatualizados, ultrapassados e precisassem com urgência se adaptar à "nova educação" ou à educação para o século 21.

Em relação ao currículo, reafirma-se que ele se constrói a partir das escolas, das suas relações com a comunidade e da cultura local. Ele não deve ser um documento prescritivo. Na prática, o que ocorre é o contrário, tem-se um currículo gaúcho altamente prescritivo e padronizado, dividido em FGB e Itinerários formativos para atender à REM. Para desenhar o currículo gaúcho e produzir o material a ser socializado com os professores, foi lançado mão de instituições que já vem atuando em outros estados do Brasil. Ressalta-se que o currículo não é neutro e que a privatização do currículo leva em conta o que e como ensinar, incidindo sobre a formação dos estudantes.

As políticas educacionais decorrentes das atuais reformas são exemplos da dinâmica da agenda do capital, que visa criar situações de concorrência e desenvolver medidas de desempenho cujos efeitos incluem modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e, mais precisamente, transformá-los em consumidores e empreendedores. No âmbito educacional, a formação para a democracia e a gestão democrática não parecem integrar o horizonte da educação e da escola nesse projeto.

Referências

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. Reformas continuadas na Administração Pública. Youtube, 25 ago. 2022. 1h36min14s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hbUXGukrDco&t=3833s>. Acesso em: 20 set. 2022.

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; PUELLO-SOCARRÁS; José Francisco. Reflexiones sobre la Administración pública y el Neoliberalismo en Nuestramérica, Siglo XXI. READ, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 22-39, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.247.94991>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, DF: ANPAE, 2022.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. BALL, Stephen. Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen; JUNEMANN, Carolina. Networks, New Governance and Education. Bristol: Policy Press, 2012.

BRAILOVSKY, Daniel. El pseudoescolanovismo de mercado tergiversa por completo los términos e implicancias de la crítica de la Nueva Escuela. Hemisferio Izquierdo, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2019/06/25/el-pseudoescolanovismo-de-mercado-tergiversa-por-completo-los-t%C3%Agminos-e-implicancias-de>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CAETANO, Maria Raquel. O Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 1, p. 122-139, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoe-emancipacao/article/view/4982>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CARVALHO, Scheiler Fagundes. A escola não cabe numa planilha: implicações do programa Jovem de Futuro para a gestão democrática da educação em uma escola da rede estadual do RS. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/210252>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CONVÊNIOs e parcerias. RS Gov, c2017-2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/convenios-e-parcerias>. Acesso em: 4 out. 2023.

EDUCAÇÃO será prioridade para governo gaúcho, garante Eduardo Leite. PSDB, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/educacao-sera-prioridade-para-governo-gaucha-garante-eduardo-leite>. Acesso em: 4 out. 2023.

ENSINO Médio Gaúcho 2023: O que precisamos saber? Ensino Médio Gaúcho, c2023. Disponível em: <https://ensinomediogaucha.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.

FUNDAÇÃO LEMANN. Por um Brasil que acredita nas pessoas. Por pessoas que acreditam no Brasil. Vamos juntos? Relatório Anual 2019. [S. l.]: Fundação Lemann, 2019. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2019/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GRUPO DE PESQUISA RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO (GPRPPE). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gprppe/>. Acesso em 1 dez 2025.

GOVERNO apresenta Jovem de Futuro em evento para mais de 800 gestores escolares. RS Gov, 26 set. 2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/governo-apresenta-jovem-de-futuro-em-evento>. Acesso em: 4 out. 2023.

LACERDA, Lisângela. A Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) e a Repercussão na Formação Profissional: a Percepção dos Docentes do I. E. E. Assis Chateaubriand, em Charqueadas. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=13750119. Acesso em: 1 dez. 2025.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. La pesadilla que no acaba nunca. Barcelona: GEDISA, 2017.

LEITE, Eduardo. Programa de Governo 2018-2021. Governança para uma Agenda Comum. Porto Alegre: PSDB, 2018-2021.

LIMA, Licínio C. Privatização da educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago. 2013.

MORALES, Carlos Antonio. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. Revista do Serviço Público, [s. l.], a. 49, n. 4, out./dez. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i4.402>. Acesso em: 1 dez. 2025.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 1 dez. 2025.

NO RS, Comunitas e Governo do Estado realizam reunião da Governança. Comunitas, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://comunitas.org.br/no-rs-comunitas-e-governo-do-estado-realizam-reuniao-da-governanca/>. Acesso em: 4 out. 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Cadernos MARE da reforma do Estado nº 1. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PERONI, Vera. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera (org.). Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

PERONI, Vera (org.). Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel. O ensino médio na educação brasileira e as relações entre o público e o privado: o projeto Jovem de Futuro do instituto Unibanco. Sección General. RELAPAE, [s. l.], ano 3, n. 4, jun. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29003830/O_ensino_medio_na_educacao_brasileira_e_as_relacoes_entre_o_publico_e_o_privado_o_projeto_Jovem_de_Futuro_do_instituto_Unibanco_Revista_Latinoamericana_de_Pol%C3%ADticas_y_Administraci%C3%B3n_de_la_Educaci%C3%B3n. Acesso em: 1 dez. 2025.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel. Redes dentro de Redes e as novas alianças entre Estado e mercado. Revista Educere et Educare, [s. l.], v. 15, n. 37, out./dez. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24176/17032>. Acesso em: 4 out. 2023.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel. Relações entre o público e o privado na educação: o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco. Educação: Teoria e Prática, [s. l.], v. 25, n. 50, p. 520-533, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9673>. Acesso em: 5 out. 2023.

PERONI, Vera; MENDES, Valdelaine; CAETANO, Maria Raquel. O empreendedorismo como referência de um projeto educacional privado para a educação pública do Rio Grande do Sul. Cadernos de Educação, [s. l.], n. 65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i65.21285>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Un nuevo neo-liberalismo. Emprendimiento y nueva administración de "lo público". Revista Administración & Desarrollo, Bogotá, D. C., n. 49, p. 7-17, jun. 2008a. Disponível em: <https://www.jfpolitics.com/wp-content/uploads/2008.-Un-nuevo-neoliberalismo.-Revista-Administracion-y-Desarrollo-Puello-Socarras.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Nueva gramática del Nel-liberalismo: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008b. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLAC-SO/662/3/Nu_gram_neo.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.410, de 19 de dezembro de 2019. Institui a Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15410-2019-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-n-12616-de-8-de-novembro-de>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CEEed nº. 364, de 15 de dezembro de 2021. Institui normas complementares para orientar o Sistema Estadual de Ensino sobre os Itinerários Formativos, Parcerias e Notório Saber para a Educação Profissional. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2021a. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/20125525-resolucao-0364-2021.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CEEed nº. 365, de 15 de dezembro de 2021. Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2021b. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/20125528-resolucao-0365-2021.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Guia do Estudante: Itinerários Formativos. Da escola pro (teu) mundo. Ensino Médio Gaúcho. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Educação do RS, 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/591041381/Guia-Do-Estudante>. Acesso em: 9 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Home. Portal Educação, c2023a. Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Home/Index/>. Acesso em: 4 out. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Reconstrução Gaúcha. PPP em Educação. RS Parcerias, c2023b. Disponível em: <https://parcerias.rs.gov.br/ppp-em-educacao>. Acesso em: 4 out. 2023.

RIKOWSKI, Gleen. Privatização em educação e formas de mercadoria. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SANDER, Isabela. Parceria focada na gestão educacional promete alavancar indicadores do RS até 2030. Educação Básica. GZH, Porto Alegre, 26 set. 2023. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/09/parceria-focada-na-gestao-educacional-promete-alavancar-indicadores-do-rs-ate-2030-cln0ejs330016015nq7b7f48x.html>. Acesso em: 4 out. 2023.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. Currículo sem Fronteiras, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 29 ago. 2023.

TV SEDUC RS. Jornada Pedagógica 2022. Youtube, 7 fev. 2022. [Playlist]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MAks_ZbMsFo&list=PLMeIOXFFwED-c_g_GcECIFuMGMUb69jAfo. Acesso em: 29 ago. 2023.

Maria Raquel Caetano

Doutora em Educação na UFRGS. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Campus Sapucaia do Sul e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Coordena o GEPEPT/IFSul e o Observatório da EPT. Integra o Grupo de Pesquisa GPRPPE/UFRGS.

Endereço para correspondência

Rua Pinheiro Machado, 972

Centro, 95600-114

Taquara, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.